

A LINGUÍSTICA APLICADA E A BUSCA POR UMA IDENTIDADE

APPLIED LINGUISTICS AND THE SEARCH FOR AN IDENTITY

Hilda Rodrigues da Costa¹

Resumo: O presente estudo apresenta, ainda que de maneira sucinta, a construção discursiva da Linguística Aplicada atravessada por uma heterogeneidade de ações e dizeres na busca por uma identidade, por meio de sistematizações, pelo estabelecimento de relações com outros campos disciplinares em suas diferentes fases, assegurando assim a edificação de uma área por meio dos movimentos de renovação, de novas práticas discursivas, gerando novas perspectivas quanto a vida social.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Identidade. Prática discursiva

Abstract: This study presents, albeit briefly, the discursive construction of Applied Linguistics crossed by a heterogeneity of actions and speeches in the search for an identity through time through systematization, by establishing relationships with other disciplines, in its different phases, thereby ensuring the building of an area through the movements of renewal, of new discursive practices, generating new perspectives on social life.

Keywords: Applied Linguistics. Identity. Discursive practice.

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdade, e de poder que nos unem, nos atam.²

Introdução

As práticas discursivas deixam de ser neutras com o passar do tempo, motivadas por escolhas intencionais ou não, promovendo mudanças em contextos sociais. Essas práticas discursivas impulsionaram o aparecimento de múltiplas abordagens científicas de bases diferentes no campo das ciências sociais, mas que tornam a linguagem processo e produto da

¹ Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO. Professora do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas – GO. E-mail: hildardacosta@gmail.com.

² FOUCAULT, M. A estratégia, poder-saber. MOTTA, M. B. (org.); (trad.) RIBEIRO, V. L. A. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

atividade histórica do homem, pois, de acordo com Koerner (1996, p. 57), “as teorias linguísticas não se desenvolvem em total isolamento do clima intelectual geral do período ou das atitudes particulares mantidas pela sociedade que promoveu a atividade científica”, sugerindo, segundo Pennycook (1998), a necessidade de reavaliar determinado conhecimento em detrimento de outros.

Assim, compreender as práticas linguísticas presentes em nossa sociedade fez com que a pesquisa em Linguística Aplicada assumisse uma nova concepção, pois, “ao estudarmos a linguagem estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva” (FABRÍCIO, 2006, p. 48), possibilitando a criação de novos regimes de verdade, formulando uma interpretação mais próxima possível do que acontece nos dias atuais com o homem e a língua.

Desse modo, o caminho trilhado pela LA é marcado pelo movimento, pela ação, pela possibilidade de fazer pesquisa, rompendo fronteiras na busca por novos saberes, por novos conhecimentos no campo dos estudos linguísticos, voltado para as práticas sociais da contemporaneidade. Sendo necessário ir além da tradição científica de apresentar resultados, de buscar compreender “a multiplicidade de paradigmas que constituem o universo científico contemporâneo”, com a intenção de promover um repensar contínuo de “seu universo de referência” (SIGNORINI, 1998, apud MOITA LOPES, 2006, p. 23).

A perspectiva de pesquisa aplicada aqui apresentada não emergiu como um campo do saber institucionalizado, com identidade própria, como ciência pronta. Muitos foram os obstáculos transpostos desde a década de 1940, período em que novos regimes de verdade começavam a dar os primeiros passos na busca por instrumentos e metodologias, capazes de responder aos anseios dos novos pesquisadores em solucionar os problemas daquela época.

Apesar da heterogeneidade de fontes, o objeto de investigação da LA está fundamentado no estudo da linguagem como prática social, sendo reforçada ou legitimada pelas contribuições dadas por outras áreas, na busca por um maior entendimento sobre as relações constituídas pelos indivíduos e as instituições sociais, estabelecendo assim, novos regimes de verdade, novos modos de fazer pesquisa pautada pela ética.

A busca por uma identidade própria

A necessidade de independência epistemológica da LA em oposição à Linguística, por uma vontade de verdade, reflete a busca por uma autonomia da área em defender seu espaço, demarcar seu território, estabelecer uma teoria e não uma mera aplicação teórica.

Entretanto, nesta busca legítima pode-se considerar um certo apagamento de sua única base epistemológica estável, a Linguística (COSTA e GERALDI, 2007).

Essa vontade de verdade implica em uma vontade de saber, na formação de uma empiria, como consequência de uma descoberta, como se sua própria história estivesse apoiada apenas sobre um suporte institucional, excluindo sua origem em favor de uma identidade própria.

Este discurso da “negação da Linguística pela LA”, denominado por Costa e Geraldi (2007) como *o paradoxo aplicado*, remete a um discurso tecido ao longo do século XX, que teve sua fundamentação primeira no próprio seio da Linguística, deslocando-se em meio a uma série de mutações, em meio à aparição de novas formações discursivas na busca por uma independência como ciência.

O discurso disciplinar “aplicado”, por sua vez, teve como ponto de partida o ensino de línguas. Segundo Celani (1992), foram as contribuições de Pit Corder, Halliday, McIntosh e Strevens, Widdowson, dentre outros, em meio à década de 1970, para o ensino de línguas, que despertaram esta necessidade, esta vontade de autodefinição da LA em relação à “ciência pura”.

Celani (1992, p. 18), ao afirmar que “a LA seria um mediador entre descrições teóricas e atividades práticas diversas”, apresenta como referência os quatro volumes de *Edinburgh Series*, que contribuíram para a iniciação de muitos linguistas aplicados, os quais marcaram época e serviram de guia para muitos cursos de pós-graduação.

Na década de 1980, a Linguística Aplicada passa a ampliar seu campo de ação em busca de sua emancipação epistemológica, em relação à Linguística. Os efeitos dessas mudanças quanto à metodologia de pesquisa e ao objeto de estudo fizeram com que o linguista aplicado recorresse a outros campos científicos, ultrapassando fronteiras em busca de respostas para os problemas sociais que envolvessem a linguagem.

Consequentemente, essas mudanças refletiram intensamente no papel desenvolvido pelo linguista aplicado, exigindo-lhe um poder de afirmação e autoafirmação perante as demais áreas do conhecimento, de forma independente, e refutando até mesmo sua origem em favor de sua independência.

Este processo, por sua vez, foi, e ainda é, objeto de debate da área, que se configurou primeiramente, na Europa, no final da década de 1970, através dos congressos da AILA, das publicações, dos recursos para pesquisa, dos programas de pós-graduação em LA que se formaram em vários países.

No Brasil esta discussão, ainda persiste, segundo Kleiman (1998, p. 51), pela “configuração da prática de pesquisa na Linguística Aplicada no país e o teor das questões discutidas na comunidade estrangeira, que há alguns anos vem debatendo a história e a epistemologia da prática de pesquisa em LA”. De acordo com a autora, a negação da Linguística pela LA ainda configura um problema, nos dias atuais. No entanto, esse “problema” não pertence apenas à LA, pois a história da Linguística no Brasil também passou por caminhos tortuosos em relação à filologia e, como a própria história aponta, os primeiros linguistas foram antes de tudo filólogos por formação.

Esta constatação só vem a reafirmar que o enunciado “linguística aplicada não é linguística” não foi criado aleatoriamente. Ele obedece a uma ordem discursiva que é tecida em determinado contexto, em determinada época, o que valoriza e institui uma verdade “científica” no lugar de outra, através dos campos institucionais, das demandas, das pesquisas, da vontade de saber.

Celani (1992) afirma que as publicações e as reuniões internacionais da AILA foram as grandes responsáveis pelo amadurecimento da LA no meio acadêmico, o que resultou, e ainda resulta, em concepções diferenciadas quanto ao papel da LA.

O discurso disciplinar da LA

A hipótese levantada pela suposição do *paradoxo aplicado*, de negar sistematicamente sua única base epistemológica estável, a Linguística (COSTA e GERALDI, 2007), implica negar os vários e diferentes segmentos dos estudos da linguagem. O que torna impossível excluir ou rejeitar as contribuições da Linguística para o campo da LA, pois os estudos da linguagem remetem a uma complexidade tanto teórica quanto prática, que ao mesmo tempo ultrapassa as fronteiras disciplinares em nome da ciência.

Segundo Costa e Geraldi (2007, p. 159), “o discurso disciplinar da LA formou-se, desde sempre, a partir da tensão entre a formação linguística de seus pesquisadores e o enfrentamento das sucessivas demandas de aplicação que permitiram a institucionalização da área”. A busca por uma identidade própria e as demandas aplicadas, principalmente, a “crise da leitura” e as recentes “reformas curriculares”, contribuíram para a expansão e consolidação da Linguística Aplicada no meio acadêmico brasileiro, não se restringindo apenas ao ensino de língua estrangeira, como outrora.

Discorrer sobre o estatuto disciplinar da LA, na visão de Kleiman (1998, p. 51-52) “sem se discutir sua relação com a Linguística” é quase impossível. Este tema continua a ser

debatido “como um problema entre a Linguística e a LA no nosso meio, talvez porque, neste contexto, as fronteiras entre o linguista e o linguista aplicado não estão nitidamente marcadas nos departamentos, nas associações, nos encontros profissionais, na esfera de ação” (KLEIMAN, 1998, p. 51-52). Esta indefinição quanto à demarcação das fronteiras entre as duas disciplinas remetem à história constitutiva de ambas, como fora mencionado anteriormente, e a “fatores conjunturais do desenvolvimento da Linguística”.

A demanda de aplicação e a ampliação do objeto da LA, como foram apresentadas pela autora, na década de 1990, de acordo com Costa e Geraldi (2007, p. 161), “não são, na verdade, cronologicamente consecutivas”, mas contemporâneas, pois ao mesmo tempo em que os problemas sociais eram apresentados aos linguistas, ao final da década de 1960, se estabeleciam “condições de ampliação do objeto de sua disciplina” (COSTA e GERALDI, 2007, p. 161).

Moita Lopes (1996, 2006) salienta que no Brasil, nos encontros de LA, existem sessões que tratam especificamente da natureza da LA, embora “alguns pesquisadores no Brasil já tenham apontado esta questão como estéril e sugerindo que a melhor maneira de se identificar a LA (no sentido de estabelecê-la como área de investigação) é através do desenvolvimento de pesquisa” (MOITA LOPES, 1996, p. 17). O autor defende essa discussão como necessária, não para demarcar os limites entre as áreas, mas no sentido de esclarecer os paradigmas sob os quais atuam. Ele defende que esta questão é natural à produção científica, sendo útil para a LA, “na medida em que representa um confronto ou não de percursos de investigação (isto é, paradigmas) ao se defender um ou outro” (MOITA LOPES, 1996, p. 17).

Kleiman (1998, p. 53) ao considerar que “a Linguística Aplicada tem tanto, ou tão pouco, a ver com a linguística como a pesquisa médica clínica sobre a senescência tem a ver com a neuroanatomia”, enfatiza que esta é uma discussão improdutiva por se fundamentar em questões de ordem política, ao invés de focar em questões capazes de contribuir para entender a complexidade da linguagem. Entretanto, tal afirmação, configura parte importante do *Paradoxo Aplicado*,

‘Como uma negação constitutiva ou como a manutenção de uma ausência, de caráter positivo’. Para os autores, faz-se necessário retomar tal discussão pela “recuperação do ‘apagamento’ da relevância da epistemologia linguística na reflexão teórica da LA (COSTA e GERALDI, 2007, p. 163).

Ao supor que a vertente da LA, a qual segue na segunda direção (transdisciplinaridade) forma-se em oposição à Linguística, partindo da manutenção dos

mesmos fatores mencionados em relação à sua história, no contexto brasileiro, Costa e Geraldi (2007, p. 163) afirmam que os elementos apontados por Kleiman (1998), “como demandas do objeto da LA já fariam parte das transformações do objeto da Linguística” (COSTA e GERALDI, 2007, p. 163)³. Portanto, não haveria diferenças fundamentais entre a LA e a Linguística, seja pelo escopo do objeto, ou pela presença no campo aplicado. Nem mesmo por questões relacionadas ao uso da linguagem ou por relações transdisciplinares (COSTA e GERALDI, 2007, p. 164).

Tal configuração remete à força que a demanda exerce sobre a Linguística Aplicada, bem como o seu grau de relevância nas discussões epistemológicas da LA. Novamente, os propositores do *Paradoxo Aplicado* (Costa e Geraldi, 2007, p. 165) rebatem que “em alguma medida, pode-se reconhecer, novamente, algum ‘apagamento’ de parte das consequências dessa força nos debates teóricos internos”, mesmo se organizando em torno da linguagem.

Para Costa e Geraldi (2007, p. 165, 168), o discurso teórico-epistemológico da LA apresenta elementos que são compostos de “objetos diferentes, demandas constantes, relações disciplinares excludentes e aplicação recorrente”. Esses aspectos ao serem “mobilizados a cada defesa do lugar disciplinar da LA, parecem ancorar-se sempre no uso da linguagem” (COSTA e GERALDI, 2007, p. 165), possibilitando sua operacionalidade e legitimidade ao produzir novas formações teóricas. É isso que, para eles, representa a “tensão do paradoxo aplicado, dividido entre o arcabouço teórico da Linguística e as demandas sociais” entre os diferentes grupos de pesquisadores em LA. De acordo com Costa e Geraldi (2007, p. 168),

Se a área busca sua identidade e legitimidade a partir da autodefinição de ‘aplicada’, e não de ‘linguística’, necessariamente deve afastar-se de qualquer assunção epistemológica bem estabelecida que sempre lhe resultará como negação do seu eixo ‘declarado’ (‘o campo-objeto’). Por isso, muitos esforços relativos à rejeição dos paradigmas da Linguística são de ordem marcadamente institucional; por isso, a forte tendência ao ‘desconstrucionismo’ e ao ‘relativismo teórico’, como mecanismos de autoafirmação disciplinar.

Esta autoafirmação disciplinar, na visão dos autores acima, não significa rejeitar ou desqualificar o percurso constitutivo da Linguística Aplicada, ao contrário do que se possa pensar, mas sim questionar determinadas orientações quanto ao seu discurso transdisciplinar.

A discussão sobre a natureza da LA como multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, nos últimos anos, e, principalmente, nos congressos da AILA, e na visão de

³ Os trabalhos de Mattoso Câmara, Rodrigues, Gomes de Matos, na década de 1960, são um exemplo das transformações do objeto da Linguística.

pesquisadores brasileiros⁴, tem sido de grande importância para o desenvolvimento da área. No entanto, segundo Kleiman (1998, p. 54),

O debate sobre a heterogeneidade das fontes da LA e dos seus efeitos na especificidade e consistência interna da prática de pesquisa deveria incluir uma reflexão sobre o sucesso ou o insucesso da teorização na área, ou mesmo, sobre a identificação desse valor (Kuhn 1970) como um valor partilhado pela comunidade de linguistas aplicados (e pelas ciências humanas em geral). A análise dos modos pelos quais os conceitos e os métodos de outras fontes transmigram e são transformados pode vir a ser tão improdutiva como o tema anterior, quando ela tem também como objetivo demonstrar, uma vez por todas, que, mesmo na multiplicidade de visões, temos uma identidade.

Essa busca, essa vontade de verdade, de identidade, reflete o desejo de estabelecer, nas palavras de Foucault um “regime de não-verdade”, através da institucionalização da disciplina como ciência, capaz de usar conceitos, modelos, instrumentos de pesquisa de outras disciplinas, nesse processo de busca e de produção de conhecimento. O que significa recorrer a outras áreas do conhecimento, como a Linguística, então negar sistematicamente a contribuição da Linguística é negar a própria identidade da LA que se constrói através da multi, inter e transdisciplinaridade, por meio da diferença e da semelhança quanto ao uso da linguagem (COSTA e GERALDI, 2007).

Vontade de verdade e vontade de saber

O desejo de verdade está presente no homem, pois como afirma Bolognini Jr. (2003, p. 91) “a verdade promove o sujeito e funda a ciência, esse conjunto de regras que permite àquilo que é verdadeiro, naquele local e naquele tempo, produzir efeitos específicos do poder.” Para o autor, a verdade é a origem de todo dizer, tendo um estatuto próprio, o qual possibilita a “constituição de uma rede de dizeres possíveis” (BOLOGNINI Jr., 2003, p. 92).

Cada sociedade possui seu regime de verdade, acolhendo e fazendo funcionar determinados discursos como verdadeiros, e ao mesmo tempo cria mecanismos e instância que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, por meio de técnicas e procedimentos capazes de valorizar e sancionar determinados enunciados como verdadeiros e não outros em seu lugar.

⁴ Pesquisadores como Celani, Cavalcanti, Kleiman, Moita Lopes, Signorini, Coracini, Paiva, Gomes de Matos, Rodrigues, Leffa, Almeida Filho, dentre outros, colaboraram para o desenvolvimento da LA nas diversas ‘subáreas’ da Linguística Aplicada brasileira.

Judith Revel, em seu livro *Michel Foucault: conceitos essenciais*, apresenta o conceito de regime de verdade a partir das próprias análises de Foucault. Segundo Revel (2005, p. 86),

As análises de Foucault procuram, em particular, trazer à luz as características de nosso próprio regime de verdade. Esse regime possui, efetivamente, várias especificidades: a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; ela é muito largamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídia, escrita, exército); ela é lugar de um enfrentamento social e de um debate político violentos, sob a forma de “lutas ideológicas”.

São esses princípios, segundo Foucault (2004), que regem as relações, por meio das quais o ser humano se constitui historicamente, através do discurso. Essa vontade de verdade, atravessou séculos de nossa história atribuindo valores aos enunciados, e conseqüentemente a nossa vontade de saber. Para Foucault (2004, p. 16), as “grandes mudanças científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como conseqüências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade”, apoiando-se em instituições e práticas, buscando como “o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2004, p. 17).

Essa vontade de verdade modifica-se e fundamenta-se, exercendo sobre os outros discursos uma espécie de força, de controle e poder, por meio de uma regularidade de enunciados criados e mantidos pela comunidade científica.

Segundo Bolognini Jr. (2003, p. 92), “Nietzsche (1873/1974: 1874/1974), ao falar do conceito de verdade percebe três tipos de discurso: o discurso da origem (*ursprung*), o da emergência (*entstehung*) e o da pertinência (*herkunft*)”.

O discurso da origem é aquele que busca a essência exata das coisas, sua identidade, que gera a imagem exata de si mesmo. O discurso positivista, de acordo com Bolognini Jr. (2003, p. 92), “é um discurso de origem, pois os positivistas desvendam os segredos para apontar o lugar da verdade.” Um exemplo desse discurso positivista é a pesquisa etnográfica.

Já o discurso da pesquisa qualitativa é um discurso de emergência. A emergência de um novo dizer. É um discurso marcado pelo enfrentamento, que “promove a articulação de princípios e leis singulares, resultantes de um conjunto determinado de forças que entram em cena e designam um lugar novo, aberto pelo confronto” (BOLOGNINI Jr., 2003, p. 92).

O discurso da pertinência busca aquilo que o discurso emergente não pode mais fornecer e “propõe que não há verdade, mas a exterioridade dos acontecimentos, promovendo

a dispersão, a instabilidade, diversificando o que era homogêneo” (BOLOGNINI Jr., 2003, 93). A pesquisa genealógica se insere no discurso da pertinência, e “seu fazer genealógico se associa a um possível discurso de resistência” (BOLOGNINI Jr., 2003, 93).

O discurso da origem e o discurso da emergência fazem parte do processo de desenvolvimento da pesquisa em LA, mobilizando uma multiplicidade de parâmetros, os quais abrem novas perspectivas de pesquisa para a comunidade acadêmica, motivados pela vontade de saber, de produzir conhecimento científico.

A diferença entre disciplina e doutrina

A recusa do conceito de aplicação linguística pela LA, dos anos 1970, remete à busca de um paradigma, o qual seja abraçado pela comunidade científica, reconhecendo sua legitimidade, instigando o interesse pelo estabelecimento de regras e padrões de pesquisa em LA, na busca pelo fortalecimento da área.

Como foi dito anteriormente, a LA apoia-se sobre um suporte institucional, que ao mesmo tempo é reforçado e reconduzido por um conjunto de práticas, que influenciam e são influenciadas por todos os outros setores coexistentes, como as relações de poder que vão se cristalizando por meio de enunciados que se manifestam e se materializam em discursos, ao longo do tempo. Estes discursos, por sua vez, refletem e refratam, através da regularidade de uma prática, a vontade de verdade de uma “comunidade científica”, seja como uma disciplina ou como uma doutrina.

Definir os termos *disciplina* e *doutrina*, acerca do que sejam pode exigir um posicionamento de determinada área do conhecimento diante de uma sociedade, como é o caso da LA ao requerer sua independência em relação à Linguística. Neste sentido, vale observar a definição dos termos apresentados, primeiramente, pelo dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001):

Disciplina: s.f (sXIV cf. IVPM) 1- ant. ensino e educação que um discípulo recebia do mestre; 2 – obediência às regras e aos superiores; 3 – regulamento sobre a conduta dos diversos membros de uma coletividade, imposto ou aceito democraticamente, que tem por finalidade o bem estar dos membros e o bom andamento dos trabalhos; 4 – ordem, bom comportamento; 5 – p. ext. obediência a regras de cunho interior, firmeza, constância; [...] (HOUAISS, 2001, p. 1052)

Doutrina: s.f (sXIV cf. IVPM) 1 – conjunto coerente de ideias fundamentais a serem transmitidas, ensinadas; 2 – conjunto de conhecimentos possuídos, ciência, erudição, saber; 3 – REL. princípio, crença ou conjunto de

princípios ou crenças que tem um valor de verdade absoluta para os que a (a) sustentam e seguem, e que é, no entender destes, o (a) único (a) aceitável; 4 – conjunto das ideias básicas contidas num sistema filosófico, político, econômico etc. ou das opiniões de um pensador, de um filósofo; 4.1 – p. ext. princípio, ponto de vista ou conjunto de princípios adotados num determinado ramo do conhecimento, teoria devidamente formulada que se fundamenta em fatos (ou pelo menos não é por estes invalidada) e que tem o apoio ou a sanção de uma autoridade no assunto; [...] (HOUAISS, 2001, p. 1081)

Embora essas definições apresentem-se de forma dicionarizadas, elas reproduzem, em essência, o modo de conceber esses dois conceitos, que caminham paralelamente em comunhão de sentidos. No entanto, cabe avaliar as implicações que tal enunciado e não outro pode produzir no interior de uma comunidade científica, por meio das relações de poder, fazendo emergir sua legitimidade.

O discurso põe em jogo o poder e o desejo na busca por uma identidade, sendo capaz de exercer seu próprio controle e de anular um dos termos da relação, a qual nunca cessa de se modificar através do tempo, em defesa de seu estatuto. Assim, segundo Foucault (2004, p. 29-30), “seria preciso reconhecer também no que se denominam, não as ciências, mas as “disciplinas”, outro princípio de limitação.” O qual é relativo e móvel, “que permite construir, mas conforme um jogo restrito” (FOUCAULT 2004, p. 29-30).

A disciplina, de acordo com Foucault (2004, p. 30),

Se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. [...] o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas.

Cada disciplina é capaz de reconhecer proposições verdadeiras e falsas no interior de seus limites, excluindo para fora de suas margens, “toda uma teratologia do saber” (FOUCAULT, 2004, p. 33). Portanto, a prática uma vez definida é que será capaz de denominar como erro tal proposição e não outra no seu interior. No entanto, esta mesma proposição deverá preencher certas exigências, por sua vez, complexas e pesadas para que possa pertencer ao conjunto de uma determinada disciplina, indo de encontro ao verdadeiro.

Desse modo, de acordo com Foucault (2004, p. 36), “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso”, o que implica a obediência a determinadas regras, fixando limites em prol de uma identidade, reativando e reatualizando permanentemente suas regras.

Já a doutrina, que ao contrário das sociedades de discurso, mencionadas por Foucault (2004, p. 42), “tende a difundir-se”, partilhando de um único e mesmo conjunto de discursos, os quais os indivíduos em grande número “definem sua pertença recíproca” (FOUCAULT, 2004, p. 42). A princípio, as doutrinas não seriam tão diferentes das disciplinas científicas, por reconhecer as mesmas verdades e aceitar determinadas regras, com certa flexibilidade, em que a forma e o conteúdo do enunciado fossem os únicos fundamentos do controle discursivo e não o sujeito que fala. No entanto, esta pertença vai além, ela, a doutrina, vai questionar ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, um por meio do outro. Isto é, o sujeito que fala ao formular um ou mais enunciados, colocando em jogo os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição.

Esta pertença doutrinária, segundo Foucault (2004, p. 43),

questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros.

Enfim, a doutrina põe em ação uma dupla sujeição, partindo dos sujeitos que falam aos discursos e, conseqüentemente, dos discursos aos indivíduos que falam. Como exemplo, Foucault (2004) cita a educação, que é um direito, ao mesmo tempo em que é um instrumento que pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, caminha, em sua ordem, permitindo e impedindo que certos discursos sejam atravessados. Desse modo, todo sistema de educação representa uma forma política capaz de sustentar e, ao mesmo tempo, modificar, transformar a apropriação dos discursos, por meio dos saberes e dos poderes que estes discursos trazem consigo, edificando-se através do processo de sujeição do discurso. O que não é diferente com outros sistemas de saberes, como a Linguística Aplicada, que através dos jogos de limitação e de exclusão de determinados saberes, acaba por reforçá-los, como é o caso da ciência pura, a Linguística, ao tentar negar sua única base epistemológica estável, pois, ao propor um desejo de verdade ideal como lei do discurso, tendo como princípio de seu desenvolvimento uma racionalidade imanente, reconduzindo uma ética do conhecimento, a LA está reforçando uma

verdade ao próprio desejo de verdade aos seus discípulos, a sua própria comunidade científica, seja como disciplina ou como doutrina.

Considerações finais

A construção discursiva da LA é atravessada por uma heterogeneidade de ações e dizeres na busca pelo conhecimento, pela autonomia. Esse fator torna possível a emergência de certos paradigmas quanto ao uso da linguagem, ao formar novos conceitos através do tempo por meio de sistematizações, pelo estabelecimento de relações com outros campos disciplinares, promovendo a atividade científica sobre a constituição de uma disciplina em suas diferentes fases, assegurando assim a edificação de uma área por meio dos movimentos de renovação.

Para que o conhecimento produzido no seio de uma prática científica tenha legitimidade é preciso que esse saber seja legitimado, segundo Bolognini Jr. (2003, p. 86), por “uma comunidade científica, articulado pelas relações paradigmáticas e validado por um discurso de reintegração de práticas científico-discursivas ou de emergência de novos dizeres”, o que implica invariavelmente relações de poder, gerando efeitos de verdade.

Desse modo, o estudo sobre as mudanças linguísticas adquiriu novos olhares e, conseqüentemente, novas abordagens, uma vez que, o princípio de que a história é linear e ordenada já não correspondia a uma única visão de mundo.

Segundo Pennycook (1998, p. 35-36), “a noção de um sujeito uno, racional, cartesiano, capaz de conhecer a si mesmo e a outros objetos, também se tornou altamente questionável”, o que suscitou sérios questionamentos quanto aos modos de fazer pesquisa e, conseqüentemente, ao rompimento com cadeias conceituais cristalizadas, promovendo um repensar contínuo por parte do pesquisador.

Esse pesquisador, por sua vez, passa a ecoar sua voz e a inserir sua prática científica no interior de uma comunidade que o sustenta e que, conseqüentemente, irá atribuir ao seu dizer o status de verdade. Pois, como foi dito anteriormente, cada sociedade possui seu regime de verdade, determinando seu funcionamento por meio de mecanismos, instâncias, técnicas e procedimentos capazes de valorizar determinado enunciado e não outro em seu lugar.

O fato é que novos modos de produzir conhecimento são reinventados, exigindo novas práticas discursivas, considerando o sujeito em sua heterogeneidade, e que está em constante processo de transformação social (FABRÍCIO, 2006), buscando soluções para os problemas que envolvam a linguagem e a vida social.

Essa pluralidade de discursos, segundo Fabrício (2006, p. 58), tem por objetivo “captar, de forma mais ampla, a complexidade envolvida nos fenômenos sociais e seus desdobramentos políticos”, promovendo o encontro de diferenças e outridades, balançando construções, gerando novas perspectivas quanto à vida social.

Referências

BOLOGNINI Jr. N. A tradição etnográfica como regime de verdade na metodologia de pesquisa em LA. In: CORACINI, M. J. e BERTOLDO, E. S. (org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula**. Campinas- SP: Mercado das Letras, 2003, p. 85-94.

CELANI, M. A. A. Afinal, o que é Linguística Aplicada? In: PASCHOAL, M. S. Z. e CELANI, M. A. A. (Orgs.) **Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992, p. 15-23.

_____. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 129-142.

_____. A relevância da Linguística Aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M. e TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da Linguística Aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008, p. 17-32.

_____. Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada. **Revista Linguagem & Ensino**, vol. 8, n. 1, 2005, p. 101-122.

COSTA, A. F. **Arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação nacional**. Tese de doutorado, UNICAMP, 2007.

COSTA, A. & GERALDI, J. W. O paradoxo aplicado. **Revista Signótica**: UFG, 2007, p. 157-175.

DAMIANOVIC, M. C. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. **Revista Linguagem e Ensino**, Pelotas, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005, p. 181-196.

FABRÍCIO, B. P. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-66.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, elaborado no instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KLEIMAN, A. B. O ensino de línguas no Brasil. In: PASCHOAL, M. S. Z. e CELANI, M. A. A. (Orgs.) **Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística á Linguística transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992, p. 25-36.

_____. O Estatuto Disciplinar da Linguística Aplicada: O traçado de um percurso. Um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 51-77.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, 1996, p.45-70.

MATTOSO CÂMARA JR, J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**: referente à língua portuguesa. 22ª ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 254.

MOITA LOPES. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 113-128.

_____. Fotografias da Linguística Aplicada no campo de línguas estrangeiras no Brasil. **DELTA** [online]. 1999, vol.15, n.spe, p. 419-435. ISSN 0102-4450.

_____. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, 13- 44.

_____. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 85-108.

PAIVA, V. M.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada In: PEREIRA, R. C. M e ROCA, M. P. (org.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 25-50.

PENNYCOOK, A. A linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica In: SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. **Critical Applied Linguistics**. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2001.

_____. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. . In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-66.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. (trad.) GREGOLIN, M. R.; MILANEZ, N.; PIOVESANI, C. São Carlos-SP: Claraluz, 2005.

SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. A questão da lingual legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 169-190.

Texto recebido em 03/06/12.

Aprovado em 19/09/12.